



-----No dia 28 de novembro de 2024, no Edifício dos Paços do Concelho de Pinhel, onde se encontrava o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, representada neste ato por Rui Manuel Saraiva Ventura, como 1.º outorgante e Célia Marisa Monteiro, titular do NIF: portador do CC n.º como 2.º outorgante, a data, residente em fim de reduzir a escrito o presente Contrato de Avença com a Câmara Municipal de Pinhel, aqui representada pelo 1.º dos mencionados outorgantes, contrato este que se regerá pelas seguintes cláusulas, livremente acordadas e aceites por ambas as partes:---------------1.a - O 1.º outorgante, na qualidade em que intervém, nos termos e ao abrigo do disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, contrata, em regime de avença nos termos do artigo 10.º n.º 2 alínea b) do referido diploma legal, a prestação de serviços ao 2.º outorgante, que se obriga a prestá-los, não se tratando de trabalho subordinado,----------2.a O serviço a prestar pelo 2.º outorgante, tem como objeto principal a prestação de serviços de atendimento ao balcão BUPi e realizar representações gráficas georreferenciadas (RGG's), entre outras funções que se tenham por convenientes relacionadas com o objeto referido, pelo prazo de 13 meses.----------3.ª - Pela prestação dos seus serviços, o 2.º outorgante receberá a remuneração correspondente ao trabalho prestado, no valor de €1.200,00+IVA a pagar, mensalmente, contra a apresentação de recibo confirmado pelos Serviços da Autarquia.----------4.a - O presente contrato vigora por 13 meses, iniciando-se no dia 1 de dezembro de 2024 e terminando no dia 31 de dezembro de 2025.----------5.ª – Este contrato poderá ser feito cessar a todo o tempo por qualquer das partes e sem obrigação de indemnizar.----------6.ª Dada a sua natureza, os serviços prestados pelo 2.º outorgante, a prestação de serviços deverá decorrer em instalações pertencentes ao Município de Pinhel, as quais serão posteriormente definidas e comunicadas ao prestador de serviços.-----

7.ª – Para os efeitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções
Públicas, o 2.º outorgante apresentou os seguintes documentos:
a) Declaração emitida, pelo Serviço de Finanças válida à data, comprovativa da
situação tributária regularizada;
b) Declaração emitida, pelo Instituto da Segurança Social I.P., válida à data e
comprovativa da situação contributiva regularizada;
c) Certificado de Registo Criminal
Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente contrato em duplicado, que vai
ser assinado pelos outorgantes e por mim Luísa Margarida Gaspar, Coordenadora
Técnica, servindo de Oficial Público, depois de lido na presença de ambos os
outorgantes, tendo-lhes explicado o seu conteúdo e efeitos

N.º de compromisso: 22347



(2) Célia Marisa Montero



- (1) Assinatura do 1.º Outorgante (Rui Manuel Saraiva Ventura)
- (2) Assinatura do 2.º Outorgante (Célia Marisa Monteiro)
- (3) Assinatura do Oficial Público (Luísa Margarida Gaspar)